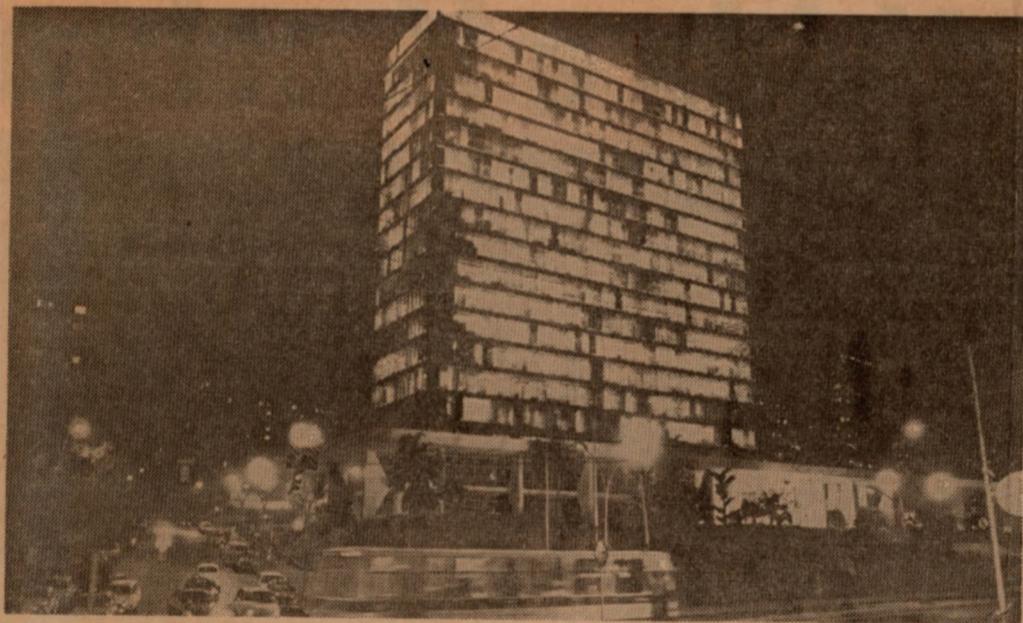


JFT 8.6.24

SITUAÇÃO financeira ameaça Campinas. O Estado de São Paulo, São Paulo, 24 ago. 1978.



Fotos Waldemar Padovani

Os projetos para disciplinar o crescimento urbano e racionalizar a administração serão paralisados devido a crise financeira do município

Situação financeira ameaça Campinas

O Estado Da sucursal de CAMPINAS 24.8.78

O município de Campinas está perto da falência. A capacidade de investimento está reduzida a zero — os recursos são suficientes apenas para o pagamento dos seis mil funcionários públicos. E as perspectivas para 1979 são totalmente pessimistas: a cidade está impedida de ser socorrida com os empréstimos oficiais enquanto não liquidar a dívida com o INPS, que já atinge 300 milhões de cruzeiros (cerca de um terço do orçamento previsto para o próximo exercício). Desta forma, a atual administração corre o risco de iniciar o seu terceiro ano sem ter realizado nenhuma das obras exigidas pela população e, o que é pior, sem

ter projetado o crescimento da área urbana para os próximos dez anos, quando ocorrerá fatalmente uma "inchação".

O prefeito Francisco Amaral é insistentemente pressionado pelos moradores, sociedades de bairro e imprensa. A verdade é que as finanças municipais atingiram um ponto em que se constituem um evidente contraste com a própria potencialidade da cidade — sede de universidades, centros de pesquisa, ampla programação cultural-artística-esportiva e um vasto parque industrial. Os técnicos locais conhecem razoavelmente os problemas a serem enfrentados, mas têm se comportado de maneira passiva, até contemplativa, diante do desafio enfrentado pela Prefeitura: não há dinheiro.

Previdência, credora desde 58

Desde 1958, Campinas não contribui com a previdência social. Isso acumulou um débito, agora inviável em razão da situação financeira. O secretário Bernardo Kaplan afirma desconhecer o total exato da dívida, devido às sucessivas correções, mas garante que ultrapassa os 300 milhões de cruzeiros. Sem o pagamento desse montante, ou um acordo com o instituto, a Prefeitura não pode firmar nenhum contrato de financiamento com o BNH, além de encontrar dificuldades semelhantes nas demais instituições de crédito.

Saneamento, habitação e Projeto CURA — esses três setores estão na dependência, há mais de um ano, da expedição do certificado de regularidade com o INPS, para a obtenção dos empréstimos. E todos esses projetos, juntamente com o de transporte coletivo, também paralisado, são considerados prioritários. Se não forem resolvidos, na opinião de setores especializados, certamente cairá a qualidade de vida. E a cidade, que atingirá um milhão de habitantes em 1980, perderá o controle de sua expansão, num processo idêntico ao ocorrido com as áreas metropolitanas.

O que fazer? Nenhum técnico municipal assume globalmente o problema, preferindo fazer análises setoriais. "A minha área vai muito bem", exclamou recentemente um secretário ao ser questionado sobre a realidade financeira do município. Quis dizer, com esta frase, que os funcionários estão sendo pagos em dia, os despachos feitos normalmente e os bilhetes encaminhados com frequência pelo gabinete do prefeito, devidamente respondidos.

A proposta do prefeito Amaral ao INPS é uma retenção de 15 por cento na quota mensal de ICM, mas, segundo portaria do ministro Nascimen-

to e Silva, válida para todos os municípios, esse acordo somente pode ser feito com a vinculação de pelo menos 25 por cento. Isso é impossível, no caso de Campinas, pois metade do ICM já está comprometida para o pagamento das parcelas do Fundo de Desenvolvimento Urbano, referentes à construção da via expressa Aquidabã.

Vários convênios com o INPS foram assinados pelos últimos prefeitos, para a regularização da dívida. No entanto, em todas as ocasiões, tudo não passou de manobras para a obtenção de empréstimos: após o pagamento da primeira parcela, esqueceu-se o restante. O ex-prefeito Lauro Péricles Gonçalves chegou a conseguir documento de regularidade com o instituto sem ter pago nenhuma prestação.

Campinas terá uma arrecadação este ano de 700 milhões de cruzeiros, apenas sete vezes superior ao orçamento de uma cidade como Paulínia, que possui uma população 30 vezes inferior e problemas proporcionalmente ainda menores. Depende basicamente do ICM, já bloqueado para 79, quando terá uma receita de um bilhão de cruzeiros. Este ano o prefeito Amaral tentou elevar a arrecadação com um aumento de impostos predial e territorial de até 540 por cento, porém a Câmara Municipal rejeitou o projeto, por unanimidade. Começou aí o fracasso financeiro do município, pois, com a majoração, a receita poderia atingir um bilhão de cruzeiros.

Ao contrário de dez municípios da sua região, Campinas não foi incluída no Programa das Cidades Médias porque não é classificada como tal. A esperança, para 78, estava no plano das "macrometrópoles", divulgado num seminário de urbanismo pelo secretário Jorge Willein no qual estão incluídas

ainda Santos, Sorocaba e São José dos Campos, cidades situadas num raio de 100 quilômetros da Capital e que sofrem as conseqüências da política de descentralização industrial. No entanto, segundo fonte da Secretaria de Economia e Planejamento, o programa "está sendo revisto" e não há expectativa de liberação de recursos este ano.

São esses os principais setores afetados pela crise financeira de Campinas:

Habitação — o déficit declarado é de 23 mil unidades, porém existe uma faixa não calculada que não consegue ter acesso aos planos da Cohab. Além disso, as áreas faveladas aumentam assustadoramente (cerca de 20 mil pessoas moram em barracos).

Projeto cura - Cerca de 25 mil pessoas, em 17 bairros da cidade, em região carente de infra-estrutura, iriam ser beneficiadas com o Projeto CURA — Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada. Ao todo estão projetados quatro centros infantis, uma creche, uma escola de primeiro grau, três escolas de ensino profissionalizante, quatro postos de saúde e quatro postos policiais, além de obras de pavimentação, terraplenagem, galerias de esgoto sanitário, iluminação e arborização.

Saneamento — A queda na qualidade dos serviços de saneamento básico é evidente. Para resolver, numa primeira fase, o problema do lançamento sem tratamento de esgotos nos mananciais da região, seriam necessários pelo menos 600 milhões de cruzeiros, para a construção de estações transformadoras.

Por outro lado, aproxima-se a fase de abertura de concorrência para a concessão dos serviços de transporte urbano e o município não resolveu qual o tipo preferencial a ser utilizado na próxima década.